

# No fogo cruzado

ENTREVISTA Jaques Wagner defende-se das acusações e prevê a derrocada de Temer

A RODRIGO MARTINS



**N**a sexta-feira 9, veio a público a primeira delação da Odebrecht, de autoria de Cláudio Melo Filho, ex-diretor de Relações Institucionais da empreiteira. As acusações atingiram em cheio a cúpula do PMDB, com um capítulo especial reservado a Michel Temer, acusado de pedir 10 milhões de reais ao empresário Marcelo Odebrecht durante a campanha de 2014.

A “ponte para o futuro” prometida à população durante o processo de *impeachment* está prestes a desabar, avalia Jaques Wagner, ex-ministro da Casa Civil de Dilma Rousseff e governador da Bahia de 2007 a 2014. Também citado pelo delator, o petista defende-se das acusações, mas repudia a tese de anular a delação com base no vazamento ilegal do depoimento, como aventou o ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal, ora indignado com a prática.

Wagner lembra que o vazamento de denúncias contra Lula jamais foi objeto de censura. “Seria o extremo da aberração anular tudo o que aparecer daqui para a frente e manter a validade do que foi igualmente vazado antes.” Ele alerta ainda para a urgência de uma reforma política. “Espero que agora fique claro para a população que o financiamento público é muito mais barato e transparente para a sociedade.” A íntegra da entrevista está disponível em [www.cartacapital.com.br](http://www.cartacapital.com.br).

**CartaCapital:** Diante da avalanche de denúncias que atinge a cúpula do PMDB, o senhor acredita que o governo Temer se sustenta até 2018?

**Jaques Wagner:** Terá muita dificuldade. Não que eu torça para isso. Apesar de considerar um governo sem legitimidade, pois chegou ao poder sem voto, não dá para torcer para o Brasil seguir de tropeço em tropeço. Agora, pelas

medidas tomadas e por essa sucessão de denúncias, somadas ao julgamento das contas pelo Tribunal Superior Eleitoral em 2017, há um conjunto de ameaças. A pinguela, como chamou Fernando Henrique Cardoso, está mais para despençar do que para virar ponte.

**CC:** Seu nome foi citado pelo delator Cláudio Melo Filho, da Odebrecht. O que senhor tem a dizer?

**JW:** Estou absolutamente à vontade. Minha relação com a Odebrecht sempre foi conflituosa. Em 2006, eles me chamaram para conversar, na tentativa de me demover de ser candidato. Quando ganhei, assinaram um contrato com a Empresa Baiana de Águas e Saneamento (Embasa) no apagar das luzes do governo anterior. Cancelei o contrato e fiz o realinhamento do preço, que caiu 19%. Minha primeira grande obra, a um custo superior a 300 milhões de reais, foi a Via Expressa. A

JOSÉ CRUZ/ABR



Odebrecht achava que a obra era dela, mas disse não trabalhar assim. Fiz a licitação e eles nem participaram.

**CC:** Então o senhor sustenta que jamais atuou para favorecê-la?

**JW:** Provavelmente, os meus oito anos de mandato devem ter sido o período em que eles tiveram o mais baixo faturamento na Bahia. Cláudio Melo Filho cita a redução do ICMS da nafta para o Polo Petroquímico de Camaçari. Em 2007, o polo completou 30 anos de existência, mas passava por um momento de declínio de suas atividades. Montamos um grupo de trabalho com os empresários, com as secretarias da Fazenda e da Indústria e Comércio. Nessa discussão, um dos pleitos apresentados foi a redução do ICMS da nafta, para dar competitividade às empresas da cadeia produtiva. Achamos a demanda razoável e fizemos um programa de redução de impostos. Isso fortaleceu o polo petroquímico. Tanto é verdade que anos depois a Basf fez o maior investimento dos últimos cem anos na Bahia, um complexo acrílico instalado em Camaçari.

**CC:** Isso não era uma contrapartida por doações eleitorais?

**JW:** Faço campanha, está tudo declarado, tem contribuição de várias empresas, empreiteiras ou não. Mas sempre digo aos doadores: “Não sou despachante”. Não estabeleço uma relação de causa e efeito. Pode perguntar aos empresários se eles foram achacados, coagidos.

**CC:** Como o senhor explica o relógio que ganhou de presente?

**JW:** Conheci o Cláudio Melo Filho através do pai dele, que também trabalhava na Odebrecht. Tenho um grande amigo compadre dele, o Fernando Schmidt. Não nego, tinha uma relação boa. Se alguém chega na minha casa e me dá um presente no meu aniversário, não vou perguntar qual o preço nem vou dizer “toma aqui de volta”. É bom esclarecer:

no governo da Bahia, não há uma regra semelhante àquela do governo federal, que fixa um limite de valor para o presente que o agente público pode receber.

**CC:** Após as denúncias atingirem o núcleo do governo Temer, diversas autoridades passaram a criticar o vazamento das delações. O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, prometeu investigar. O ministro Gilmar Mendes alertou que isso pode anular os depoimentos. O que explica essa repentina indignação com um comportamento tão corriqueiro nos últimos tempos?

**JW:** É aquele velho ditado: pimenta nos olhos dos outros é refresco. Quando estava tudo direcionado ao PT, para destruir a imagem de Lula e do governo Dilma, todos achavam bonito. Segmentos da mídia montaram uma rede de promiscuidade com órgãos de investigação. No caso de Cláudio Melo Filho, não foi nem

vazamento. Entregaram o documento todo. Se agora o vazamento é ruim e a delação pode ser anulada, é porque todo mundo faz campanha pedindo apoio às empresas. Essa é a doença maior da política brasileira: não termos financiamento público e exclusivo de campanha. Querem colocar panos quentes para tentar evitar uma debacle geral, mas está impossível.

**CC:** O senhor acredita que a Lava Jato vai, de fato, ampliar o leque de investigados, independentemente da agremiação partidária?

**JW:** É o mínimo. Os vazamentos de agora são iguais aos vazamentos contra o Lula. Seria o extremo da aberração anular tudo o que aparecer daqui para a frente e manter a validade do que foi igualmente vazado antes. O primeiro alvo é sempre quem está no poder. O PT estava no poder, por isso a artilharia estava apontada para ele. Mas, quando o leque abre, vai para o Rio de Janeiro, São Paulo, pega todo mundo que está no poder ou fez candidatura com dinheiro privado. Espero que agora fique claro para a população brasileira que o financiamento público é muito mais barato e transparente para a sociedade. Espero que esse processo desague em uma reforma política.

**CC:** O que mais precisa mudar na legislação eleitoral?

**JW:** Em primeiro lugar, é preciso parar o comércio do tempo de televisão. Se o partido não lançar candidato nas disputas majoritárias, o tempo a que tem direito deveria ser dividido entre as legendas que lançaram. Em segundo, precisamos acabar definitivamente com a coligação proporcional. Só existem 40 partidos no Brasil em razão disso. Cada partido deve ter no Congresso o tamanho que a sociedade lhe deu. Com a coligação, voto no fulano e acabo por eleger sicrano, que é de um partido que nem gosto. É uma espécie de estelionato eleitoral. •

---

**Sobre as delações da Lava Jato: “Seria aberração anular só o que foi vazado agora”**

